

## HOMOSSEXUALIDADES EM DISCURSO: O SILÊNCIO COMO CAUSA DO APAGAMENTO DE GRUPOS SOCIAIS

**Mônica Ferreira Cassana** –monica.cassana@unipampa.edu.br

Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil; <http://orcid.org/0000-0003-1541-1374>

**Bruno Rosa da Rosa** – brunorosadarosa@outlook.com

Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil; <http://orcid.org/0000-0002-6670-5279>

**Gilmar Júnior Ferraz Bolsan** - gilmarbolsan2017@gmail.com

Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil; <http://orcid.org/0000-0002-3747-7350>

**RESUMO:** Este trabalho tem como propósito apresentar uma discussão sobre o silêncio como agente responsável pelo apagamento da luta e (re)existência de grupos sociais LGBTQ+, perseguidos pelo regime militar no Brasil sob a alegação de serem considerados “desviantes” das normas de comportamento vigentes na época. Como respaldo teórico, nos utilizamos das reflexões teóricas sobre silêncio e discurso, fundamentadas por Eni Orlandi (2007). Entendemos que esta pesquisa colabora com a necessidade de pensar a noção de homossexualidade articulada ao discurso, contribuindo para a compreensão do silenciamento da discussão sobre essa temática. Assim, objetivamos analisar a relevância social de um jornal que se opunha à ideologia repressiva de um governo militar nos anos 70 e 80, instaurado no Brasil. Em abordagens tradicionais, nas ciências da linguagem, dá-se ao silêncio uma condição negativa ao ser considerado apenas falta de palavras. No entanto, Orlandi refere-se a ele como algo que não é a sombra do verbal, não é o vazio: é algo que significa. A partir dessas questões, refletiremos sobre a relação entre discurso e silêncio em relação à homossexualidade, hipótese que defendemos ainda se perpetuar na contemporaneidade em nosso país. Para tanto, analisamos o artigo “As palavras: para que têmê-las?”, encontrado no jornal, destinado à discussão da homossexualidade, intitulado Lâmpião da Esquina, a partir do qual refletimos acerca dos efeitos de sentido que são produzidos quando escolhemos determinadas terminações para designar os sujeitos homossexuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** silêncio; apagamento; homossexualidade; discurso.

### 1 INTRODUÇÃO

Durante o período ditatorial, que durou dos anos 1964 a 1985, as repressões e os silenciamentos políticos e discursivos se intensificaram, de forma que não havia estabilidade democrática nem garantia de direitos humanos. A título de esclarecimento para o nosso leitor, entendemos por silenciamento político e discursivo todo o discurso que prega o afastamento dos sujeitos que não se encaixam com as políticas de comportamento postas pela ideologia segregacionista do Estado. Isto é, consideramos tipos de silenciamento os discursos jurídicos e religiosos ao se referirem aos homossexuais como criminosos e pecadores, e também os discursos médicos ao se referirem aos sujeitos como seres passíveis de tratamento.

Nem um sujeito tão visível, nem um sentido tão certo, eis o que nos fica à mão quando aprofundamos a compreensão do modo de significar do silêncio. E que chega a nos fazer compreender de modo interessante o que é, por exemplo, a censura, vista aqui por nós não como um dado que tem sua sede na consciência que um indivíduo tem de um sentido (proibido), mas como um fato produzido pela história. Pensada através da noção de silêncio, como veremos, a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos. Mas mostra ao mesmo tempo a força corrosiva do silêncio que faz significar em outros lugares o que não “vinga” em um lugar determinado. O sentido não para: ele muda de caminho (ORLANDI, 2007, p. 13).

Dessa maneira, nosso trabalho se propõe a analisar essas práticas de apagamento social considerando o contexto de censura pelo qual passou o país nos anos mencionados acima, levando em conta a censura, nas palavras da autora, como um fato produzido pela nossa história. Isso significa que trabalharemos a partir de duas hipóteses: a de que há um silêncio histórico e de que tal silêncio histórico reflete no linguístico, perfazendo um silenciamento discursivo em torno de sujeitos homossexuais.

O preconceito contra a comunidade LGBTQ+<sup>1</sup> não surgiu na ditadura militar, pois há registros, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade<sup>2</sup>, de que essa discriminação surgiu bem antes na história, estando presente em diversos campos da sociedade: nos discursos médicos, que tratavam a homossexualidade e a fluidez de gênero como doenças passíveis de tratamento; nos discursos religiosos, onde seus comportamentos eram considerados pecado; e no jurídico, onde eram tratados como criminosos.

Para estabelecer a linha de pensamento deste artigo, propomos investigar como o silêncio significa no período ditatorial no Brasil, a partir do recorte de um texto publicado no jornal *Lampião da Esquina* (1978), um jornal assumidamente homossexual que foi voltado a um público que não tinha condições de impor sua voz, rompendo com o silêncio e a censura dominante. Antes de apresentar nosso corpus de análise, apresentaremos ao leitor uma necessária discussão teórica sobre o silêncio e sexualidade, a partir das considerações de Orlandi (2007) e Foucault (2015 [1976]), respectivamente.

---

<sup>1</sup> Sigla utilizada para designar os sujeitos gays, bissexuais, transexuais e *queer*, que surgiu dentro da própria comunidade. A necessidade de inserção do símbolo de mais (+) se dá pelo fato de que a própria sigla já não dá conta de representar todos aqueles que não são heterossexuais. Consideramos importante a existência e uso dessa terminologia, no entanto, para os fins do presente trabalho, nos restringiremos às expressões grupos sociais e sujeitos homossexuais.

<sup>2</sup> Comissão criada pelo governo brasileiro a fim de investigar violações de direitos humanos cometidas entre os anos 1946 e 1988.

## 2 DISCUSSÃO TEÓRICA

Em seu livro *As formas do silêncio*, Orlandi discorre sobre as significações que o silêncio pode apresentar em suas mais variadas formas, isto é, um silêncio que atravessa palavras, que está entre elas ou que se apresenta até mesmo naquilo que não foi dito. Em outras palavras, é possível compreender que não dizer ou “dizer de forma inadequada” também produz efeitos de sentidos que podem ser passíveis de interpretação.

[...] o estudo do silenciamento (que já não é silêncio mas pôr em silêncio) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do “implícito” (ORLANDI, 2007, p. 12).

A autora compreende o silêncio como fundador e constitutivo e critica teorias de outros escritores, problematizando todas as tentativas de domesticação do que pode vir a significar, realmente, o silêncio. Para Orlandi, silêncio é muito mais do que apenas falta de palavras. Ele significa.

Olhando para um passado de silenciamento histórico em que estavam inseridos os sujeitos homossexuais durante o período ditatorial, o não dizer a que estavam submetidos tais sujeitos produzia efeito de silenciamento e, portanto, apagamento desses sujeitos nas esferas sociais. Para Orlandi, isso poderia ser chamado de política do silêncio, ou política da censura, uma vez que, estando no silêncio, estes sujeitos eram impedidos pela censura de dizer aquilo que poderia ser dito, apagados da literatura, das artes, interditados e impossibilitados de se expressarem de maneira justa e digna.

Para saber como o silêncio se instaura na história e na língua, antes precisamos compreender aquilo que Foucault chamava de “dispositivo da sexualidade”:

Através deste termo (dispositivo) tento demarcar [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que pode estabelecer entre estes termos (FOUCAULT, 2105 [1976], p. 244).

Assim, a noção de dispositivo da sexualidade se constitui como as práticas discursivas e não discursivas, os saberes e os poderes que normatizam, controlam e estabelecem verdades acerca dos corpos dos sujeitos. Em outras palavras, o “poder” a que Foucault se refere tem o intuito de rejeitar, excluir, recusar, interditar, ocultar e apagar os comportamentos considerados contrários à natureza

e à lei que está posta. Desse modo, então, são “banidos do real”. Para o autor, o poder seria, essencialmente, “aquilo que dita a lei no que diz respeito ao sexo” (FOUCAULT, 2015 [1976], p. 91). Assim:

[...] o poder prescreve ao sexo uma “ordem” que funciona, ao mesmo tempo, como forma de inteligibilidade: o sexo se decifra a partir de sua relação com a lei. [...] o domínio do poder sobre o sexo seria efetuado através da linguagem, ou melhor, por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de se enunciar, um estado de direito. Ele (o discurso) fala e faz-se a regra (Idem, p. 91).

Portanto, por meio da linguagem, há um discurso de silenciamento de relação negativa, que marca fronteiras entre o que é “certo” e o que é “errado” a partir de um ponto de vista binário que funciona sob duas óticas: as coisas que são permitidas e as que não são, as lícitas e as ilícitas. Assim, esse discurso de poder começa a estabelecer verdades categóricas, também, em relação aos modos comportamentais dos sujeitos, isto é, através da língua, separa-se/tira-se do centro aquele que apresenta comportamentos inapropriados. Nesse ponto, então, entram os sujeitos que não são interpelados por uma formação ideológica heterossexual. Entendem-se, por outro lado, como sujeitos que possuem atração pelo mesmo ou ambos os sexos. Dessa forma, surge o silêncio e o apagamento desses grupos em virtude, talvez, da manutenção da estabilidade da instituição familiar, sobre a qual falaremos em seguida.

Parecido com “a política da censura” de que trata Orlandi, a noção de dispositivo proposta por Foucault surge em determinadas condições de produção a fim de responder às solicitações políticas, sociais e morais da época. Nas palavras do autor, o dispositivo “é um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência” (FOUCAULT, 2015 [1976], p. 244). A noção de condições de produção advém da Análise de Discurso de linha francesa de linha pecheuxtiana e diz respeito à compreensão dos sujeitos e da situação em que estão inseridos, evocando também a memória. De acordo com Orlandi (2012, p. 30), podemos considerar as condições de produção em sentido estrito (o contexto imediato) e as condições de produção em sentido amplo, que incluem o contexto sócio-histórico e ideológico.

Podemos dizer, portanto, que as condições de produção em que Foucault fala sobre a história da sexualidade são relevantes para entender de que modo a subjetividade, a noção de sujeito, passa a ser compreendida em relação à sexualidade. Também entendemos que não podemos deixar de elaborar as condições de produção do período ditatorial, em que a sexualidade era profundamente reprimida.

Por isso, é relevante entender que, antes da implementação de uma ditadura no Brasil (que intensificou os processos de silenciamento dos sujeitos homossexuais), estes sujeitos sempre

tiveram seus lugares sociais muito bem delimitados. A exemplo disso, citamos os clubes para homossexuais, lugares fechados, blocos em carnavais, dentre outros espaços que foram destinados especificamente à sociabilidade dessas pessoas. Até hoje, há uma segmentação de espaços inclusive no âmbito das redes sociais, como no Facebook e Twitter e aplicativos de celular, em que grupos se reúnem a partir de um traço comum. Com isso, surge então a separação desses grupos da sociedade, que continuam se situando à margem da sociedade.

A partir disso, começamos a pensar tal silenciamento como prática utilizada para apagar e excluir do convívio social aqueles “desviantes” e “fora das normas” e quais as implicações disso nos dias atuais, inclusive em discursos contemporâneos como nas propostas do projeto Escola sem Partido<sup>3</sup>, em que as liberdades de pensamento do professor e do aluno são cerceadas, adotando-se, no lugar de aulas com posicionamentos e debates de ideias, um esvaziamento político e ideológico, tornando a sala de aula, portanto, um espaço de reprodução de conteúdos, em vez de um ambiente democrático, capaz de abrigar diferentes opiniões. Ainda, contamos com iniciativas políticas que visam proibir a discussão sobre gênero e educação sexual nas escolas, pois é necessário – aqui reproduzimos um discurso do senso comum que tem repercutido atualmente – “cuidar das crianças e da família”.

Romper as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos mereciam, de qualquer modo, condenação. Na lista dos pecados graves, separados somente por sua importância, figurava o estupro (relações fora do casamento), o adultério, o rapto, o incesto espiritual ou carnal, e também a sodomia ou a “carícia” recíproca. Quanto aos tribunais, podiam condenar tanto a homossexualidade quanto a infidelidade, o casamento sem o consentimento dos pais ou a bestialidade. Tanto na ordem civil como na ordem religiosa o que se levava em conta era um ilegalismo global (FOUCAULT, 2015 [1976] p. 42).

De acordo com Foucault, então, a família era a instituição mais protegida em todas as esferas, daí a existência desses discursos que a tentam proteger até hoje. Contudo, interditar as crianças a respeito de uma educação sexual não era uma prática apenas do passado, mas, também, da atualidade.

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. Isso seria próprio da repressão e é o que

---

<sup>3</sup> Escola sem Partido se trata de um projeto de lei, sob o número 867/2015, que tramita na Câmara dos Deputados. Conforme pesquisa na página on line da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2018), o projeto tem como princípios alterar o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e tem como proposta “incluir, entre os princípios do ensino, o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”.

a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, de certo, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber (FOUCAULT, 2015 [1976], p. 8).

Essas repressões e silenciamentos direcionados às crianças e àqueles que procuravam “prazeres estranhos” (é preciso refletir sobre o que isso significa ao fazer uma análise da história da sexualidade) tendem a corroborar com a manutenção de um sistema que vê a família como uma instituição moral que deve ser protegida da imoralidade e da indecência que estaria fora do casamento legal. Em outras palavras, proíbe-se uma educação sexual em prol da subsistência de um pressuposto de que, se não há discussão sobre isso, elas (as crianças), conseqüentemente, estão protegidas.

A partir dessas considerações, conseguimos analisar esse amplo silenciamento que é pautado em um manutenção das concepções de moralidade e bons costumes que acomete diversas instâncias sociais. Para manter o que está posto, deve-se excluir a diversidade que a todo momento surge, deve-se enviar para as margens – sociais e linguísticas – os discursos daqueles que se comportam e pensam de forma diferente. Assim sendo, entendemos o apagamento histórico e linguístico desses grupos, durante o regime ditatorial, como forma de repressão das vozes que buscavam significar em silêncio.

## 2.1 APRESENTAÇÃO DO CORPUS: O JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA

Entre 1964 e 1985, o Brasil passava por instabilidade democrática e retomada das liberdades editoriais. No período mais repressivo da ditadura, de 1968 a 1978, foi instituído o Ato Institucional nº 5 (AI-5), o qual dizia que:

[...] o Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências (BRASIL, 1968).

Foi então após tal ato ser promulgado pelo regime militar que o Lampião da Esquina pôde ser publicado e posto e circulação, haja vista que, durante a vigência do AI-5, havia censura prévia para jornais, revistas, livros, peças teatrais e manifestações artísticas. Entretanto, ainda que em liberdade, o jornal circulou – e talvez esse fosse seu propósito primeiro – para as margens, ou seja, seus leitores seriam os sujeitos homossexuais e grupos sociais marginalizados, que ainda tinham receio de expor sua sexualidade, por medo das interdições que poderiam sofrer. Assim sendo, as

publicações eram lidas por aqueles que não se viam representados na grande mídia, por todos aqueles que não pertenciam aos centros das grandes cidades.

Intitulado *Lampião da Esquina*, este foi um jornal que circulou entre os anos 1978 e 1981 num momento histórico e político em que o Brasil passava por dificuldades democráticas e abertura política. Com o propósito de fazer frente à ideologia repressiva do Estado, o jornal trouxe assuntos como a travestilidade, amor e relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, violência contra negros e mulheres, entre outros assuntos que eram considerados manifestações subversivas. De um ponto de vista democrático, o *Lampião da Esquina* se materializa como um espaço importante destinado à literatura, à música, à notícia e à crítica daqueles que foram afastados dos centros sociais.

Em *Análise do Discurso*, o corpus pode ser assim definido:

[...] o corpus discursivo, definido por Courtine como um conjunto de seqüências discursivas estruturadas a partir da relação com as Condições de Produção do discurso, leia-se a partir da relação entre uma Formação Discursiva e o Interdiscurso que a determina. Assim, percebemos como o plano do intradiscurso é indissociável da Formação Discursiva e do Interdiscurso (MITTMANN, 2007, p. 159).

Todas essas questões integram a determinação das condições de produção. O jornal, durante o período em que circulou, teve 38 edições, com uma circulação aproximada de 10 a 15 mil exemplares por mês (GRUPO DIGNIDADE, 2018). De acordo com o Grupo Dignidade, o jornal estava preocupado em retirar o homossexual da marginalidade, contendo polêmicas a respeito da temática da sexualidade. A determinação desse contexto sócio-histórico nos indica as pistas em que o jornal se instituiu, produzindo uma voz ao leitor que se sente afetado com os textos produzidos, transparecendo sentidos que rompem com o silenciamento vigente.

## 2.2 APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA

Como metodologia de análise, consultamos a 3ª edição do jornal intitulado *Lampião da Esquina*, com o intuito de se criar um movimento de investigação acerca do que era noticiado na época em relação aos sujeitos homossexuais, publicada em 1980. Dessa maneira, apresentamos uma análise, possibilitando traçar um panorama acerca do silenciamento a que estas pessoas eram submetidas, causando a invisibilidade desse grupo social.

Assim, pensando o silêncio como política de censura, objetivamos analisar como a mídia e o governo se comportaram política e discursivamente frente às manifestações corporais, intelectuais e artísticas desses sujeitos e quais efeitos de sentido foram produzidos na época do

regime ditatorial, com consequências em nossos dias atuais, inclusive e principalmente para os professores que, ao chegar às escolas, encontram dificuldades no ensino de temas que versem sobre tais grupos sociais apagados ideologicamente, bem como a própria educação sexual, pois são assuntos “inconvenientes” para as instituições escolares e, também, familiares.

Deste modo, nosso objeto de estudo é a análise e a reflexão de um texto recortado do jornal *Lampião da Esquina*. Para nossas análises, tomamos um artigo publicado no jornal, em sua terceira edição, intitulado “As palavras: para que temê-las?”. A escolha desse texto reside na nossa posição de analistas de discurso, preocupados com as questões que envolvem os sujeitos e a linguagem e a ideologia. No artigo, os editores do jornal respondem aos leitores, usando, para isso, as designações recorrentes às pessoas homossexuais, como “bicha” e “boneca”. Nosso gesto de interpretação analisa de que forma essas designações silenciam ou enunciam sentidos divergentes da formação social daquela época. Por isso, em nossa pesquisa, procuramos por arquivos que tratassem desse silenciamento dos sujeitos.

### 2.3 ANÁLISE

Em sua terceira edição, o jornal *Lampião da Esquina* traz o artigo “As palavras: para que temê-las?”<sup>4</sup>. Assim, nossa análise se pauta nos efeitos de sentido que são produzidos por este texto, considerando que, se há alguém que “teme” essas palavras, há também um motivo, uma ideologia, por trás disso.

Nosso movimento de investigação será distribuído em sequências discursivas (SD) selecionadas para a análise. As sequências discursivas são estão em estrita relação com o corpus. Conforme Mittmann, “a seleção das passagens somente se dá pelo retorno constante à teoria e, por vezes, pelo deslocamento/surgimento de sentidos, de noções, de percursos.” (MITTMANN, 2007, p. 158).

Nossa seleção levou em consideração o modo como as palavras são tratadas no texto jornalístico, que apresentamos a seguir sob a forma das seguintes sequências discursivas:

SD1: As palavras: para que temê-las?

SD2: Vejam bem, até agora elas foram usadas como ofensa, serviram como o meio mais simples para mostrar a "separação" que existe entre o nosso **mundo** e o dos **outros**. Isso faz com que, temendo o peso de tais palavras, criemos outras igualmente mistificadoras, embora, para quem as adota, sem qualquer tom pejorativo: **entendido**, por exemplo: e até mesmo que empreguemos sutilmente

---

<sup>4</sup> O texto completo está apresentado em anexo.

termos de outro idioma, como é o caso de gay (LAMPIÃO bagunçou logo o coreto, traduzindo para **guei**, que significa absolutamente nada).

SD3: A primeira coisa a fazer, portanto, é perder o medo das palavras. O caminho para isso é usá-las: bichas, bonecas, etc (quanto a veado, ao vê-la escrita – ou ouvi-la – deve-se - sempre lembrar o bellissimo animal que ela designa: esta palavra significa apenas isso). Classificar os grupos que não rezam por sua cartilha como coisas exóticas é uma das armas mais comuns do Estabelecido (é, na verdade, o primeiro passo para reprimi-los): não aceitar que esse tipo de classificação seja possível – lutar contra ele – é obrigação desses grupos.

SD4: Fazer ironia velada ou, não em torno da homossexualidade velada das pessoas sempre foi a prática de alguns representantes da imprensa machista que, para isso, contaram sempre com a cumplicidade do silêncio; os atingidos, com medo que a repercussão fosse ainda maior, preferiram, à resposta, ficar recolhidos à sua suposta insignificância.

SD5: Nossa posição é oposta; se nos chamarem de bichas, respondemos que somos mais que isso – somos trichas. Mas... (e há sempre um **mas...** na vida de qualquer machão), aproveitaremos a ocasião para recolher do nosso vastíssimo arquivo, ciosamente organizado pela fera Rafaela Mambaba, duas ou três coisas que sabemos – e sempre saberemos – sobre o autor da ironia.

SD6: Os jornalistas que fazem LAMPIÃO da esquina sempre adotaram a posição ativa, ativíssima.

Já na SD1, observamos o título do texto, em que temos a relação entre as palavras e a obediência, através da inscrição do verbo “temer”, que significa obedecer, respeitar mas também afligir-se, preocupar-se. Ora, por que devemos temer as palavras, senão por sua possibilidade de designar e, assim, inscrever sentidos?

A SD2 continua a mostrar essa relação: a expressão “vejam bem” inscreve o leitor como interlocutor desse texto. Lembremos que esse jornal era voltado um público homossexual, portanto, essa inscrição do outro no discurso ocorre através da chamada de atenção, da possibilidade da análise cuidadosa que a expressão “veja bem” promove. Essa questão é corroborada pela “separação” entre o nosso mundo e o dos outros. Notemos a inscrição em negrito, tal como está no texto publicado. Essa necessidade entre demarcar o que é o nosso mundo e o mundo dos outros está inscrita materialmente, através do recurso do negrito, e separa o público leitor e da sociedade que coloca esses sujeitos à margem. A palavra “entendido” e “guei” também são destacadas em negrito e atentam para a necessidade de compreensão e a emergência do termo “gay” que aparece traduzido da forma como a palavra é pronunciada.

Na SD3, deparamo-nos com a necessidade de perder o medo das palavras. Somos, então, apresentados ao poder das palavras que servem para nomear, categorizar e designar os sujeitos, identificando aqueles que permanecem à margem. O silenciamento está na língua, pois ela reflete

as condições ideológicas. Os sentidos passam a significar na relação entre o silenciamento histórico e linguístico. No seio da repressão e do silenciamento promovidos por um Estado de exceção, palavras que surgiram dentro da própria comunidade LGBT adquiriram uma conotação negativa, pejorativa. Certamente, havia um propósito para isso. Dentro desse contexto, tornou-se necessário, então, através da língua, colocar os sujeitos homossexuais à margem da sociedade. Isto é, ao se designar o sujeito como “boneca”, “bicha” e “veado”, apaga-se toda uma comunidade, um grupo social, pois se está dizendo, intrinsecamente, que estes indivíduos são diferentes, não iguais aos heterossexuais. Há uma espécie de véu que recobre a palavra e silencia a subjetividade. As escolhas linguísticas em relação a esses sujeitos eram usadas como ofensa para se referir às pessoas que, para a época, eram classificadas como inferiores e menos dignas de direitos e leis que as pudessem proteger.

A noção de silêncio transparece na SD4, quando surge a menção linguística a esse vocábulo. Os vocábulos retomam o silêncio: homossexualidade *velada*, *cumplicidade do silêncio*, *insignificância*. Esses termos evocam o silêncio das palavras e apontam para indícios de como as palavras aparecem como sintoma da ideologia.

Já na SD5, o leitor é apresentado à posição do jornal. O Lampião da Esquina surge para resgatar essas palavras do vocabulário machista, desmistificando-as e ressignificando-as. O que outrora era utilizado para segregar e separar, agora é utilizado como forma de autoafirmação, o que pode ser comprovado a partir da análise do trecho que se segue, escrito por Aguinaldo Silva, autor do artigo: “Nossa posição é oposta: se nos chamarem de bichas, responderemos que somos mais do que isso – somos trichas.” Há a criação de um neologismo, fenômeno que, como nos mostra Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 347), “não existe em si, *mas em sua produção e/ou em seu reconhecimento em discurso*” (grifos dos autores). Isso significa que o neologismo só lança sentidos em determinadas condições de produção. O significado aqui indica a posição do autor que afirma que será mais ainda do que aqueles sentidos que tentam ofender ao grupo social do qual faz parte. Entendemos que a criação desse novo vocábulo rompe com o estabilizado ideologicamente e dá à palavra uma condição de resistência. A palavra “tricha” rompe com a interdição imposto e passa a produzir um lugar novo, qual seja, de escuta, já que há não apenas o rompimento com o silêncio vigente, mas a irrupção de um novo saber. A adversativa “mas” grafada em negrito ressalta e mostra ao leitor o poder da palavra: é esse item linguístico que mostra, mais uma vez a separação entre o mundo daqueles que são os leitores e que usam as palavras para romper com o silêncio, e o outro, aqueles que usam a palavra para que os grupos sociais se sintam silenciados.

Na SD6, há uma provocação que mostra os vários sentidos da expressão posição ativa, que desliza entre a posição sexual exercida pelos sujeitos homossexuais em um relacionamento afetivo e pelo posicionamento ativo que demonstra a resistência desses sujeitos frente ao discurso dominante durante esse período da história brasileira. Podemos dizer que esse fato se constitui como uma ironia ao discurso vigente: sob o enunciado que afirma “Os jornalistas que fazem LAMPIÃO da esquina sempre adotaram a posição ativa, ativíssima”, há a presença de outros enunciados subjacentes, a partir do qual se diz algo que, na verdade, deseja-se que a interpretação deslize de significado.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de nossas análises, entendemos que os efeitos da repressão e silenciamento são discursivos: repercutem, inclusive, nos dias atuais, uma vez que, atualmente, presenciamos em diversas instituições as dificuldades para tratar de temas que envolvem a homossexualidade, graças aos efeitos de uma política de censura ideológica que foi implementada no país durante o período supracitado.

Nossa pesquisa pretendeu, então, contribuir para a compreensão desses efeitos, buscando demonstrar um processo histórico de construção de sentidos, que está estritamente relacionado com o modo como sujeitos são designados através da língua. Portanto, demonstramos, por intermédio de nossa análise, que um jornal como Lampião da Esquina, que fez parte de um tipo de informação alternativa, se tornou um símbolo de resistência à época, pois, em um momento de abertura política pós AI-5, foi importante que vozes de grupos antes silenciados pudessem ser ouvidas.

Por isso, este trabalho se propõe também como um projeto de resistência, no sentido de que, para compreendermos os acontecimentos atuais, é preciso antes olhar para o passado e compreendermos as situações a partir de uma perspectiva histórica. Além disso, tentamos demonstrar que os sentidos históricos sobre a homossexualidade estão relacionados aos ditos e o não-ditos, isto é, no silêncio. No entanto, como o silêncio significa, ele é passível de ser analisado, interpretado, e, portanto, de resistir ao discurso estabelecido.

### 4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ato Institucional número 5**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)> Acesso em 25 out 2018.

BRASIL. Projeto de Lei 867/2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>> Acesso em 25 out 2018.

BRASIL. **Comissão nacional da verdade.** Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 10 out 2018.

CHARADEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2008.

GRUPO DIGNIDADE. **Jornal Lampião da Esquina.** Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em 10 out 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** 3ª ed. – São Paulo, Paz e Terra, 2015.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: FERREIRA, Maria Cristina e INDURSKY, Freda. **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites.** São Carlos: Claraluz, 2007, p. 153-162.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** - 6ª ed. - Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2007.

## Anexo 1 – As palavras: para que temê-las?

Muita gente se declarando indignada pelo fato de LAMPIÃO utilizar, com muita frequência, palavras tidas como pejorativas: bicha, boneca, etc, às quais o uso comum deu sempre um tom de ofensa, de epíteto humilhante. Para alguns, o uso destas palavras indicaria uma apelação ao baixo nível que não fica bem em nosso jornal. A estes, a explicação que se segue.

O uso de tais palavras em LAMPIÃO da Esquina, na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista para em seguida desmitificá-las. Vejam bem, até agora elas foram usadas como ofensa, serviram como o meio mais simples para mostrar a "separação" que existe entre o nosso **mundo** e o dos **outros**. Isso faz com que, temendo o peso de tais palavras, criemos outras igualmente mistificadoras, embora, para quem as adota, sem qualquer tom pejorativo: **entendido**, por exemplo: e até mesmo que empreguemos sutilmente termos de outro idioma, como é o caso de gay (LAMPIÃO bagunçou logo o coreto, traduzindo para **guei**, que significa absolutamente nada).

A primeira coisa a fazer, portanto, é perder o medo das palavras. O caminho para isso é usá-las: bichas, bonecas, etc (quanto a veado, ao vê-la escrita – ou ouvi-la – deve-se - sempre lembrar o belíssimo animal que ela designa: esta palavra significa apenas isso). Classificar os grupos que não rezam por sua cartilha como coisas exóticas é uma das armas mais comuns do Estabelecido (é, na verdade, o primeiro passo para reprimi-los): não aceitar que esse tipo de classificação seja possível – lutar contra ele – é obrigação desses grupos.

Assim, acreditamos que estamos cumprindo nosso verdadeiro papel neste jogo quando mostramos às pessoas que perdemos o medo. É parte do nosso papel, igualmente, responder à altura às provocações do tipo Roberto Moura (LAMPIÃO nº 2) e Ivan Lessa (neste número). Fazer ironia velada ou, não em torno da homossexualidade velada das pessoas sempre foi a prática de alguns representantes da imprensa machista que, para isso, contaram sempre com a cumplicidade do silêncio; os atingidos, com medo que a repercussão fosse ainda maior, preferiram, à resposta, ficar recolhidos à sua suposta insignificância. Nossa posição é oposta; se nos chamarem de bichas, respondemos que somos mais que isso – somos trichas. Mas... (e há sempre um **mas...** na vida de qualquer machão), aproveitaremos a ocasião para recolher do nosso vastíssimo arquivo, ciosamente organizado pela fera Rafaela Mambaba, duas ou três coisas que sabemos – e sempre saberemos – sobre o autor da ironia. Assim, por todas essas coisas, ficam os possíveis desafiados avisados: em matéria de imprensa, os jornalistas que fazem LAMPIÃO da esquina sempre adotaram a posição ativa, ativíssima. Alguma dúvida? (**Aguinaldo Silva**)

***Title***

Homosexualities in discourse: silence as a cause of concealing social groups.

***Abstract***

The purpose of this paper is to present a discussion about silence as an agent responsible for the eradication of the struggle and (re)existence of LGBTQ+ social groups persecuted by the Brazilian military regime on the grounds that they are considered to be "deviant" in season. As theoretical support, we use the theoretical reflections on silence and discourse, based on Eni Orlandi (1992). We understand that this research collaborates with the need to think of homosexuality as articulated to the discourse, contributing to the understanding of the silencing of the discussion on these themes. Thus, we aimed to analyze the social relevance of a newspaper that opposed the repressive ideology of a military government in the 1970s and 1980s, established in Brazil. In traditional approaches, in the language sciences, silence is given a negative condition by being considered only a lack of words. However, Orlandi refers to it as something that is not the shadow of the verbal, it is not the emptiness: it is something that means. From these questions, we will reflect on the relation between discourse and silence in relation to homosexuality, a hypothesis that we defend still to perpetuate in the contemporaneity in our country. In order to do so, we analyze the article "The words: Why fear them?", Found in the newspaper, dedicated to the discussion of homosexuality entitled Lampião da Esquina, from which we reflect on the effects of meaning that are produced when we choose certain endings for homosexual subjects.

***Keywords***

Silence; concealing; homosexuality; speech.

---

Recebido em: 29/10/2018.

Aceito em: 16/11/2018.